

Análise Política

Ano 2, 51ª Edição - Brasília, 29/7/2021



MPV 1058/2021: a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência



Nesta quarta-feira (28/7), foram publicadas no Diário Oficial as mudanças ministeriais anunciadas pelo presidente da República na última semana. Além da formalização dos nomes dos novos ministros, o fato político mais interessante da semana ficou por conta da edição da **Medida Provisória (MPV) 1058/2021**, que detalhou as modificações efetivadas na estrutura do governo, com a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP). Nesta análise, buscamos entender como estas alterações nos quadros governamentais impactam nas políticas de reorganização do trabalho, de previdência, de **representação sindical** e de fomento ao **Sistema S**. O novo cenário é favorável ou desperta preocupações ao cooperativismo? Confira algumas reflexões sobre este rearranjo político a seguir!

A divisão do bolo entre Economia e MTP



Mudanças nas atribuições do Ministério da Economia em temas sindicais e trabalhistas no governo a partir da MPV 1058/2021:



O que se mantém no Ministério da Economia:



Carlos da Costa, atual secretário de Produtividade e Competitividade

O ministro da Economia, Paulo Guedes, mantém o comando sobre a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC), agora rebatizada como Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade. No papel, a área coordenada pelo economista Carlos da Costa **perderá suas prerrogativas ligadas a questões trabalhistas**, como a elaboração de políticas voltadas à formação e desenvolvimento profissional e a formulação de políticas públicas e diretrizes de trabalho, emprego, renda, salário e de empregabilidade, **inclusive em relação ao Sistema S**. No entanto, é difícil pensar que, na prática, o Ministério perderá influência nas discussões sobre medidas trabalhistas, principalmente no cenário de enfrentamento aos reflexos da pandemia.

A divisão do bolo entre Economia e MTP



Mudanças nas atribuições do Ministério da Economia em temas sindicais e trabalhistas no governo a partir da MPV 1058/2021:



Estruturas e ações que passam para o Ministério do Trabalho



A realocação de Bruno Bianco no cargo de Secretário-Executivo do MTP, pode ser considerada como um trunfo de Paulo Guedes

As atribuições relacionadas à previdência, que até então correspondiam a cerca de 85% do orçamento do Ministério da Economia (a maior parte, benefícios obrigatórios pagos pelo INSS), passa a ser do MTP. O então secretário de previdência e trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, torna-se secretário-executivo do MTP. Um dos homens de confiança de Paulo Guedes, **Bianco representa a busca de continuidade** das ações desenvolvidas na área, com destaque para a reforma da Previdência, aprovada pelo governo no início do mandato. Além disso, passam a ser atribuições da nova pasta as políticas de segurança e saúde no trabalho, fiscalização, **regulação profissional (inclusive o Sistema S)** e a área de registro sindical. Também foram transferidas para o Ministério do Trabalho e Previdência a Secretaria Especial de Cultura e a gestão do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), antes vinculadas ao Ministério do Turismo.



A divisão do bolo entre Economia e MTP

Ao todo, foram dez atribuições e sete órgãos colegiados deslocados do Ministério da Economia para o novo Ministério do Trabalho e Previdência:

Atribuições do novo Ministério do Trabalho

- Previdência e previdência complementar;
- Geração de emprego e renda e apoio ao trabalhador;
- Modernização das relações de trabalho;
- Fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, e aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas;
- Política salarial;
- Intermediação de mão de obra, formação e desenvolvimento profissional;
- Segurança e saúde no trabalho;
- Regulação profissional; e
- Registro sindical.

Conselhos sob gestão do novo Ministério do Trabalho

- Conselho de Recursos da Prev. Social (CRPS);
- Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS);
- Conselho Nacional de Prev. Complementar (CNPC);
- Câmara de Recursos da Prev. Complementar (CRPC)
- Conselho Nacional do Trabalho (CNT);
- Conselho Curador do FGTS
- Conselho Deliberativo do FAT (Codefat)

A representação do Sistema OCB nos conselhos do Ministério do Trabalho e Previdência



Conselho	Tema	Representação do Sistema OCB
Conselho Nacional do Trabalho (CNT)	Relações de trabalho entre empregadores, trabalhadores e governo.	✓
Conselho de Recursos da Prev. Social (CRPS)	Controle das decisões de benefícios previdenciários por parte do INSS.	✓
Conselho Curador do FGTS	Alocação dos recursos do FGTS.	Não
Conselho Nacional de Prev. Social (CNPS)	Políticas públicas de previdência.	Não
GT Confederativo do eSocial	Implementação do eSocial.	✓
Conselho Deliberativo do FAT (Codefat)	Elabora diretrizes para programas e para alocação de recursos do FAT.	Não
Comissão Tripartite Paritária Permanente	Discute temas referentes à segurança e à saúde no trabalho.	Não
Conselho Nac. de Prev. Complementar (CNPC)	Regula o regime de previdência complementar.	Não
Câmara de Recursos da Previdência Complementar	Controle das decisões da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.	Não

Disputas à vista e o papel de Onyx Lorenzoni como fiel da balança



Visto como “coringa” do governo Bolsonaro, Onyx Lorenzoni será o fiel da balança do efeito real das mudanças

Em conversas preliminares do Sistema OCB com integrantes do Ministério da Economia, foi afirmado que independente das mudanças da estrutura governamental, a equipe econômica continua opinando e colaborando com as medidas de atualização da legislação trabalhista, bem como nas políticas voltadas ao Sistema S. Neste sentido, da estrutura robusta do MTP, o papel de **influência do Ministério da Economia nas políticas trabalhistas** continua bastante eminente, tendo em vista seu poder nas tomadas de decisões do Congresso Nacional e a sua ingerência sobre o Tesouro Nacional e sobre a Receita Federal. Além disso, a presença de Bruno Bianco, braço direito de Paulo Guedes, como secretário-executivo do MTP, provavelmente seja um reflexo deste cenário, representando uma sombra na gestão de Onyx Lorenzoni à frente da pasta. Lorenzoni possui bom relacionamento institucional com o Sistema OCB, inclusive tendo representado o governo na abertura do 14º Congresso Brasileiro do Cooperativismo (14º CBC).

Impactos das mudanças ao cooperativismo

Perspectivas em relação ao Sistema S

Além das mudanças já citadas, as políticas públicas relativas ao Sistema S, antes vinculadas à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia, passarão à alçada do Ministério do Trabalho e Previdência. No entanto, ainda é cedo para propor um diagnóstico mais aprofundado sobre a estrutura de atuação nos temas de interesses do Sistema S, sendo necessário aguardar a **publicação do Decreto de Estrutura Regimental da nova pasta**, para a identificação exata de como o tema será trabalhado pela pasta.



Oportunidades:

- Continuidade da revisão de Normas Regulamentadoras (NRs)
- Avanço nos programas emergenciais de manutenção do emprego e da renda
- Avanço na discussão sobre previdência social e segurados especiais associados em cooperativas
- Avanço nas discussões de CNAEs para cooperativas

Pontos de atenção:

- Retomada das discussões sobre a Reforma Sindical
- Novas tentativas de retirada de recursos do Sistema S
- Possível conflito de agendas entre ministérios sobre o eSocial, concentradas no ME
- Necessidade de monitoramento sobre a retomada dos fóruns de participação do Poder Executivo sobre questões trabalhistas

Elaborado por Gerin/OCB, com apoio da Gesind/CNCoop

Acesse as edições anteriores. 

Acompanhe nosso trabalho em:

